



Atuando na defesa do empresariado químico desde 1946



SIQUIRJ INFORMA

Nº 159

Jan/2015

Editorial

Dólar em alta eleva a rentabilidade do exportador em 2015

A perspectiva de manutenção da tendência de desvalorização do real deve elevar a rentabilidade dos exportadores em 2015. Um dólar médio de R\$ 2,60 no primeiro semestre deste ano elevaria a margem de ganho do exportador em 3,1%, levando em conta o acumulado de janeiro a junho de 2015 contra igual período de 2014. Se a média da cotação do dólar no primeiro semestre chegar a R\$ 2,80, a rentabilidade sobe em 11,3%. Com a moeda americana a R\$ 2,90, a alta da lucratividade vai a 12,7%.

O boletim Focus divulgado pelo Banco Central, que reflete as estimativas do mercado, projeta dólar a R\$ 2,70 ao fim do primeiro semestre e a R\$ 2,80 ao fim do ano. No primeiro semestre de 2014, a rentabilidade das exportações brasileiras cresceu 1% na comparação com iguais meses do ano anterior. A desvalorização nominal de 13% da taxa de câmbio no período foi neutralizada em boa parte pela queda de 4,5% no preço de exportação e uma elevação de custo de produção de 6,9%. Para o primeiro semestre de 2015, a Funcex projeta elevações menores no custo de produção. Para o dólar a R\$ 2,60, esse custo deve ter alta de 5,5% de janeiro a junho deste ano, contra iguais meses de 2014. Se a moeda americana chegar a R\$ 2,80, o custo deve subir 5,7%. Para um dólar a R\$ 2,90, o custo pesará 6% mais.

José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), diz que um dos efeitos da depreciação cambial é tornar o insumo importado mais caro, o que pressiona o custo de produção. Ao mesmo tempo, pode estimular a indústria a adquirir o insumo no mercado nacional, o que reduz o impacto da desvalorização do real nesse custo. A substituição de insumos importados por nacionais, porém, nem sempre é possível.

A perspectiva de elevação na taxa de desemprego neste ano também deve contribuir para desaceleração na alta do custo de produção. A queda na demanda do mercado doméstico e o baixo crescimento devem resultar em desaceleração do processo de formalização do trabalho e menor pressão sobre salários, acredita. Para a economista da Funcex, a elevação da rentabilidade do exportador, associada ao aumento da produção de petróleo e à perspectiva de exportação de plataformas em 2015, deve contribuir para o início de recuperação dos embarques este ano.

Para Castro, a partir de uma taxa de câmbio mais favorável, os exportadores precisarão ir em busca de novos mercados, já que destinos tradicionais como Argentina e outros países latinoamericanos devem ter demanda reduzida. "A Argentina, pela crise interna. Os demais países da região, assim como os do continente africano, por conta do efeito da redução de divisas, já que são todos exportadores de commodities e manterão preços reprimidos este ano."

Um mercado em potencial é o norte-americano, que sinaliza prosseguir em crescimento, mesmo lento. A tendência é que, com dólar mais forte e mercado doméstico desaquecido, as indústrias olhem para o comércio exterior como forma para tentar manter a receita em reais.

Para Castro, além de câmbio, o governo precisa sinalizar apoio amplo ao comércio exterior. Entre eles, a regulamentação do Reintegra, o benefício restabelecido em 2014, que concede ao exportador crédito tributário de até 3% do valor embarcado. Outra, diz, é uma aproximação com destinos externos importantes, como Estados Unidos e União Europeia.

Fonte: Valor

A credibilidade do Governo e a liberdade da equipe econômica

Em uma releitura do boletim de janeiro de 2014, esperava encontrar os antigos problemas, afinal muitas promessas e projetos não saíram do papel. O texto poderia ser repetido na íntegra, considerando que para o setor químico nada mudou para melhor.

Não sou pessimista, e vasculhando 2014 encontrei um fato promissor: a conclusão do Estudo da Diversificação da Indústria Brasileira - do BNDES. O trabalho foi motivado pelo aumento das importações de produtos químicos para atender a demanda interna - potencializado pela queda da produção nacional - e pelo crescimento expressivo do valor agregado médio das importações de produtos químicos.

O trabalho teve por base dois fundamentos: mercados locais robustos e/ou disponibilidade de matérias primas competitivas. Foram selecionados: os defensivos agrícolas e os cosméticos - devido à demanda - e os produtos químicos usados na indústria do petróleo, quanto às vantagens relativas às matérias primas surgiram: os derivados da celulose, os aditivos para alimentos e os aromas e fragrâncias. A íntegra do estudo está disponível no site do BNDES.

E as ações e políticas que estimulem a confiança para investir?

Há uma nova penca de ministros, mas a atenção está focada no sucesso do "fiscalismo ortodoxo" sobre os equívocos "desenvolvimentistas criativos" da equipe anterior. Recuperar a competitividade da indústria, desonerando investimentos e reduzindo o custo das matérias primas, é importante, também para a indústria química.

A credibilidade do governo e o nível de confiança dos empresários dependerão do grau de liberdade que a nova equipe terá para trabalhar. Vamos aguardar.

Confiança da indústria sobe 1,2% em janeiro, apura FGV

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) apurado na prévia da Sondagem da Indústria de Transformação de janeiro ficou em 85,3 pontos, o que significa avanço de 1,2% em relação ao resultado final de dezembro, que foi de 84,3 pontos, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV), nesta sexta-feira, 23. No mês passado, o ICI caiu 1,5%. Na comparação com janeiro do ano passado, sem ajuste, a prévia apontou queda de 14,7% na confiança.

A média histórica recente do indicador está em 102,7 pontos. "O resultado de janeiro foi influenciado pela melhora das avaliações sobre o momento presente", informou o Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV, em nota. A prévia de janeiro demonstra que o Índice da Situação Atual (ISA) avançou 2,1% na prévia, para 85,8 pontos. Enquanto isso, o Índice de Expectativas (IE) subiu 0,4%, para 84,9 pontos.

Fonte: Jornal do Commercio

STJ unifica entendimento sobre pagamento de dívidas por sócios

Uma decisão recente da 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deixou claro que os sócios só podem ser responsabilizados por dívidas comuns ou cíveis da companhia, caso ocorra a confusão patrimonial entre os sócios e a empresa ou ainda desvio de finalidade.

Segundo a decisão, que unifica o entendimento da 3ª e 4ª Turma, o simples encerramento irregular das atividades – quando a empresa é fechada sem dar baixa na Junta Comercial ou deixando dívidas na praça – não é suficiente para autorizar a desconsideração e o redirecionamento da execução contra o patrimônio pessoal dos sócios.

O caso julgado envolve a empresa Comércio de Carnes Vale Verde e seus sócios que recorreram pelos chamados "embargos de divergência" contra decisão da 3ª Turma que determinou a desconsideração da personalidade jurídica da empresa em execução movida pela massa falida do Frigorífico Rost.

De acordo com a relatora do caso na 2ª Seção, ministra Isabel Gallotti, a desconsideração só é admissível em situações especiais, quando verificado o abuso da pessoa jurídica, seja por excesso de mandato, desvio de finalidade da empresa ou confusão patrimonial entre a sociedade e os sócios.

No curso da execução, foi requerida a despersonalização da empresa devedora para que os sócios respondessem pelas dívidas com seus bens particulares. O juiz determinou a medida, tendo em vista que a devedora havia encerrado suas atividades de forma irregular. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC), porém, reverteu a decisão.

A credora recorreu ao STJ e o relator, ministro Massami Uyeda (hoje aposentado), restabeleceu a decisão de

primeiro grau por entender que a dissolução irregular é motivo bastante para a desconsideração. A interpretação do ministro, amparada em precedentes, tinha sido confirmada pela 3ª Turma e agora foi modificado pela Seção.

Para o advogado Diogo Ferraz, do escritório Freitas Leite Advogados, a decisão é importante para pacificar a jurisprudência com relação ao tema na área cível, ao considerar o que diz o artigo 50 do Código Civil. O dispositivo estabelece que em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, o juiz pode decidir que os efeitos sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da companhia.

A responsabilização de sócios pelas dívidas tributárias de empresas, contudo, continua a poder ocorrer se há a dissolução irregular da companhia, conforme previsto no Código Tributário Nacional e na Súmula nº 435 do STJ. "A legislação brasileira tem o costume arraigado em dar um tratamento diferenciado na cobrança dos créditos tributários em detrimento de outros créditos. O único crédito que precede o tributário é o trabalhista", diz Ferraz.

Fonte: Valor

Indústria vê encarecimento de insumos importados

A elevação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre importação de 9,25% para 11,75% preocupa segmentos com alto índice de insumos e matérias-primas importados, embora seja avaliada pela indústria geral como medida para corrigir distorções que prejudicavam a produção doméstica. Já a elevação da tributação sobre gasolina, por meio da recomposição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e do PIS/Cofins, deve resultar em ganho para as usinas de etanol.

"A medida de PIS/Cofins não deixa de prejudicar segmentos que compram insumos externos, mas corrige a falta de isonomia", diz José Ricardo Roriz Coelho, diretor de competitividade da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). "As medidas não são tão prejudiciais à indústria, mas é uma pena que elas tenham ficado somente no aumento da tributação e nada se tenha falado de corte de despesas.

Como as taxas de juros no crédito à pessoa física já são elevadas, o impacto do IOF na demanda tende a ser apenas marginal, diz o vice-presidente de um grande banco de varejo. Isso porque a alta do tributo acaba sendo diluída nas prestações dos financiamentos.

De toda forma, o encarecimento pesa mais nas operações de curto prazo, o que poderia estimular a tomada de modalidades mais longas como o consignado.

Por outro lado, o IOF maior no crédito às famílias pode desequilibrar ainda mais a conta do spread bancário. Diante da alta carga tributária no país, o ajuste via corte de despesa seria mais eficaz,

principalmente para conter as pressões inflacionárias.

A economista vê como positivo, porém, o fato de alta do imposto ser restrita ao crédito à pessoas física. "Foi importante a opção por tributar o consumo, e não as empresas, que não estão em boa situação."

O aumento na arrecadação, estimado em R\$ 20 bilhões pelo governo, não deve ser suficiente para fazer frente ao ajuste fiscal deste ano, de acordo com a economista.

O financiamento imobiliário, que o governo tem buscado incentivar, não foi atingido pelas medidas.

A elevação da Cide e do PIS/Cofins sobre combustíveis foi bem recebida pelo setor de álcool. O diretor da trading de etanol Bioagência, Tarcilo Rodrigues, calcula que o aumento no preço da gasolina em R\$ 0,22 por litro, efeito do aumento dos três tributos, deve significar um ganho às usinas de etanol de R\$ 0,15 por litro. A medida deve elevar a rentabilidade das usinas, que vinha sendo espremeido nos últimos anos pelo represamento dos preços do combustível no país. O custo operacional do etanol hidratado de uma usina no Estado de São Paulo é da ordem de R\$ 1,22 por litro, conforme estimativas do mercado. Atualmente, explica Rodrigues, a usina em São Paulo está recebendo pelo etanol hidratado R\$ 1,28 por litro (já descontados os impostos). Com o impacto de R\$ 0,15 por litro, a usina vai passar a receber R\$ 1,43 por litro.

Fonte: Valor

SQUIRJ

Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro

Filiado à FIRJAN

Av. Calógeras, nº 15 - 12º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20030-070
Tel.: (21) 2220-8424
e-mail: siquirj@siquirj.com.br
home page: www.siquirj.com.br

Diretoria Plena - Triênio 2013/2016

Isaac Plachta - **Presidente**

Antonio Berge Kessedjian
Antonio Emilio Meireles
Carlos Mariani Bittencourt
Carlos Oliveira Cruz
Carlos Roberto da Silva
Celso da Silva Bueno
Ciro Alves

Edson Kleiber de Castilho
Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Flavio Costa Abreu

Gilson Luiz Maurity Santos
Lenilson Marcelo Bezerra
Lincoln Rosa

Manoel Moysés Zauberman
Marjorie Arias
Nélio Augusto Manhães Rodrigues
Nicolau Pires Lages
Paul Antoine Maron Gédéon
Roberto Pinho Dias Garcia
Ronaldo Valle Monteiro
Rubens Muniz

(Relação em Ordem Alfabética)